

PLANO DE TRABALHO

ipea

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRESIDENTE

Fernando Rezende

DIRETORIA

Claudio Monteiro Considera

Gustavo Maia Gomes

Luís Fernando Tironi

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

PLANO DE TRABALHO

1996



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I. ESTUDOS E PESQUISAS	9
II. REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO	31
III. TREINAMENTO PARA O PLANEJAMENTO	37
IV. PUBLICAÇÕES	41

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA é uma fundação criada pelo governo federal em 1964, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujo objetivo básico é desenvolver estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. São atribuições do Instituto:

- subsidiar o ministro do Planejamento e Orçamento na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de médio e longo prazos e de planos, programas e projetos de desenvolvimento econômico e social;
- realizar atividades de pesquisa aplicada necessárias ao aperfeiçoamento dos processos de gestão e de planejamento econômico e social, integrando as relações do governo federal com os estados, Distrito Federal e municípios; e
- executar atividades de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoal para a pesquisa e o planejamento econômico e social.

As atividades do IPEA concentram-se nas seguintes áreas prioritárias para o desempenho das atribuições do Instituto:

a) *a área de planejamento e políticas públicas*, à qual compete executar trabalhos de suporte ao planejamento estratégico, ao desenho e avaliação de políticas e programas setoriais e ao processo de reforma do Estado;

b) *a área de estudos macroeconômicos e análise da conjuntura*, à qual cabe desenvolver estudos de apoio aos esforços de consolidação da estabilidade econômica e de avaliação das perspectivas de médio e longo prazos do desenvolvimento brasileiro;

c) *a área social*, na qual se concentram os trabalhos de diagnóstico, de proposição, acompanhamento e avaliação de políticas e programas sociais, de análise do mercado do trabalho e dos problemas de emprego, bem como as atividades de apoio ao desenvolvimento do Programa Comunidade Solidária;

d) *a área de finanças públicas e políticas financeira e fiscal*, que aborda estudos voltados para a consolidação do ajuste fiscal, a implementação das reformas necessárias ao saneamento financeiro do setor público, a implantação de um novo modelo de federalismo fiscal, e a recomposição de mecanismos de financiamento de longo prazo para a economia brasileira; e

e) *a área regional e urbana*, cujas atividades contemplam a inserção da questão espacial na agenda das políticas macroeconômicas e setoriais, tendo em vista a promoção do equilíbrio regional mediante melhor aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento de cada região.

As atividades e os estudos desenvolvidos em cada uma dessas áreas obedecem a Plano de Trabalho que é anualmente revisto e atualizado. São componentes importantes do Plano de Trabalho do IPEA:

a) a recuperação, o armazenamento, a análise e a difusão do conhecimento e de informações indispensáveis ao exercício da atividade de planejamento e de formulação e avaliação das políticas governamentais;

b) a realização de estudos e pesquisas nos campos das políticas econômicas e sociais, para subsidiar a consolidação do processo de estabilização da economia, retomada do crescimento e redução das desigualdades regionais e sociais;

c) o apoio ao processo de reordenamento institucional do país, voltado para a redefinição do papel do Estado, dos novos mecanis-

mos de cooperação do Estado com a iniciativa privada e do novo perfil da Federação brasileira; e

d) a preparação e execução de programas de treinamento profissional nas áreas de planejamento, projetos e orçamento, em parceria com instituições nacionais e apoio internacional.

Para a execução do seu Plano de Trabalho, o IPEA conta atualmente com uma equipe de 100 profissionais de nível superior, dos quais 60% dispõem de diploma de mestrado ou doutorado. Uma outra centena de funcionários do Instituto encontra-se cedida a outros órgãos públicos desempenhando funções associadas ao apoio técnico às demais atividades do governo. O suporte administrativo é fornecido por um contingente de 253 servidores, aí incluídos tanto os de nível superior quanto os de nível médio.

Os resultados obtidos com a execução do Plano de Trabalho continuarão a ser divulgados em livros, artigos em revistas, textos para discussão, notas técnicas, seminários e conferências. Ao longo de sua existência, o IPEA publicou mais de uma centena de livros. Desde 1971, o Instituto edita regularmente a revista *Pesquisa e Planejamento Econômico*, reconhecida como o principal instrumento de divulgação da produção técnica dos economistas brasileiros; desde 1989, o IPEA vem publicando o periódico *Planejamento e Políticas Públicas*, importante instrumento de divulgação de análises, avaliações e propostas de ações governamentais nos campos social e econômico. Na sua atividade de treinamento, o Instituto foi responsável, nos últimos trinta anos, pela preparação de mais de 35 mil servidores públicos, oriundos dos governos federal, estaduais e municipais, da América Latina e de países africanos de língua portuguesa.

I. ESTUDOS E PESQUISAS

Parte importante do programa de estudos e pesquisas adiante apresentado está voltada para subsidiar a elaboração de uma visão prospectiva do desenvolvimento brasileiro neste final de século e início do próximo milênio. Assim, em paralelo aos estudos que serão realizados, será conduzido um debate interno, com a participação dos técnicos da casa, de demais órgãos do governo e de especialistas convidados, com vistas à elaboração de um documento que apresente ao debate público a visão do Instituto sobre o futuro do país e sobre os desafios que precisam ser enfrentados para superá-los.

1. FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICAS FINANCEIRA E FISCAL

Os estudos contemplados nesta área voltam-se com maior intensidade para a análise dos atuais problemas de financiamento do desenvolvimento brasileiro, e para a análise de alternativas. Aspectos importantes do gasto público e da tributação são também incluídos.

A pesquisa visa examinar a evolução da dívida mobiliária do setor público na década de 90, particularmente a partir da implantação do Plano Real. Será feito um levantamento do marco institucional que regulamenta o endividamento público, e serão elaborados indicadores que permitam avaliar a magnitude da dívida pública mobiliária federal e de alguns estados, selecionados por critérios preestabelecidos. Proceder-se-á a uma avaliação do impacto do endividamento recente sobre as finanças públicas, ao exame da capacidade de pagamento do setor público, e a uma análise da evolução do perfil da dívida mobiliária. Os resultados do estudo deverão convergir para sugestões de mudanças nas normas que regem o endividamento público e na sua aplicação, tendo em vista um mais efetivo controle de sua expansão.

A estabilização da economia torna possível a formação de taxas de juros de longo prazo, e permitirá ao setor privado participar do financiamento do desenvolvimento do país. Pretende-se com este projeto analisar as recentes experiências de fomento a financiamentos de longo prazo nos países que conviveram com altas taxas de inflação (como Chile, Argentina e Israel) e em países com economias estáveis (como Estados Unidos e Inglaterra) para propor alterações institucionais que incentivem o setor financeiro privado a participar do financiamento do crescimento do país.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
BRASILEIRA: EVOLUÇÃO
RECENTE E PERSPECTIVAS

REGULAMENTAÇÃO DO
SISTEMA FINANCEIRO E A
TAXA DE JUROS DE LONGO
PRAZO

APLICAÇÃO DOS
RECURSOS DAS AGÊNCIAS
FINANCEIRAS OFICIAIS DE
FOMENTO E AS
PRIORIDADES DE GOVERNO

Procura analisar e propor sugestões para o aprimoramento da política de crédito das instituições financeiras oficiais federais em face das prioridades de governo. O estudo inicialmente fará um diagnóstico das operações de crédito das instituições financeiras oficiais, com destaque para aquelas lastreadas em fundos constitucionais, com o maior grau de desagregação possível. Na fase seguinte, será feita uma comparação entre as prioridades do governo e as operações de crédito destas instituições. Finalmente, serão apresentadas sugestões visando tornar efetivas as prioridades governamentais nas operações das agências oficiais de fomento.

OS FUNDOS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA
COMO GERADORES DE
POUPANÇA INTERNA E
FINANCIADORES DO
DESENVOLVIMENTO

Visa analisar a contribuição atual desses fundos para o financiamento de investimentos, avaliar as possibilidades de mobilização de recursos de associações fechadas de previdência privada e estudar medidas governamentais que poderiam estimular a canalização das poupanças produzidas e gerenciadas por essas instituições para investimentos prioritários. Será feita uma comparação do caso brasileiro com o de outros países.

MECANISMOS DE
FINANCIAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO
URBANO

Este estudo parte da constatação do esgotamento das fontes tradicionais de financiamento do desenvolvimento urbano: recursos fiscais, fundos compulsórios e recursos externos. O objetivo básico é a identificação e análise de formas alternativas de financiamento que contemplem a participação da iniciativa privada tanto na manutenção e expansão da infra-estrutura quanto no provimento de serviços públicos.

INVESTIMENTOS EM INFRA-
ESTRUTURA E ALTERNATIVAS
DE FINANCIAMENTO

O objetivo é analisar a evolução dos investimentos em energia, transportes e comunicações nos últimos cinco anos, as necessidades atuais de recursos, e as alternativas de financiamento dos investimentos. Será analisada a composição da poupança agregada, a ser comparada com as necessidades de investimento em infra-estrutura. A análise levará em consideração o Programa Nacional de Desestatização e as propostas de concessão que estão sendo elaboradas pelo governo.

O trabalho deverá analisar a evolução recente da despesa pública nesses poderes, por natureza de despesa, segundo a programação orçamentária anual em anos recentes, buscando identificar os fatores que condicionam sua evolução. O estudo do gasto público propiciará uma visão de conjunto de sua estrutura atual por natureza de despesa e programa. A partir daí, far-se-á comparação entre a evolução da despesa global e dos poderes Legislativo e Judiciário.

GASTO FEDERAL NOS
PODERES LEGISLATIVO E
JUDICIÁRIO

Este projeto tem por objetivo criar indicadores de capacidade e esforço fiscal das unidades subnacionais de governo no Brasil. Isto será realizado a partir da definição da metodologia que será utilizada no cálculo dos indicadores, da criação de uma base de dados e da sua aplicação aos estados e municípios das capitais. Este trabalho pretende contribuir para a rediscussão dos critérios de partilha de recursos entre as unidades da Federação.

CAPACIDADE E ESFORÇO
FISCAL DOS ESTADOS E
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

2. INFRA-ESTRUTURA/PRIVATIZAÇÃO/DESREGULAMENTAÇÃO

A importância atribuída no Plano de Trabalho do IPEA à questão da privatização da infra-estrutura está revelada nos estudos aqui referidos. Embora a relação que se segue contemple estudos setoriais, a intenção é fazê-los convergir para uma abordagem integrada desse tema, de forma a contribuir para um entendimento geral do processo e suas implicações.

Este projeto pretende estabelecer uma visão mais articulada das mudanças e desafios colocados para as políticas públicas pelas transformações em curso nesses segmentos. Assim, além da elaboração de diagnósticos específicos sobre as perspectivas de mudança nos principais setores — energia elétrica, transportes, telecomunicações e saneamento —, procurará identificar e analisar as temáticas comuns nesse processo de transição, especialmente do ponto de vista finan-

PERSPECTIVAS DA
REESTRUTURAÇÃO
FINANCEIRA E
INSTITUCIONAL DE SETORES
DE INFRA-ESTRUTURA

ceiro. Essa perspectiva integrada é fundamental para a proposição de políticas financeiras, nas quais a preservação da capacidade de coordenação do poder público se dê menos pelo exercício do poder tradicional de gasto e pela propriedade dos ativos, e mais pela capacidade de mobilização dos fundos financeiros e pela formação efetiva de diretrizes para as diferentes áreas.

INFRA-ESTRUTURA
PORTUÁRIA

O estudo a ser realizado nesta área tem dois componentes principais. O primeiro cuida da análise de casos internacionais de parceria público-privado em infra-estrutura portuária, buscando reunir informações sobre experiências dos principais portos asiáticos, europeus, americanos e latino-americanos para daí extrair lições para o caso brasileiro. O segundo trata da análise de propostas de revitalização de áreas portuárias, especialmente as relativas a seu papel como elemento financiador da modernização portuária, propulsor da entrada de agentes privados na administração portuária e descentralizador de decisões. Ambos os componentes deverão subsidiar a análise do papel do tempo e das dificuldades enfrentadas para implementar a nova lei dos portos.

CONSERVAÇÃO E
FINANCIAMENTO DA MALHA
RODOVIÁRIA FEDERAL

O objetivo é levantar as condições de conservação da malha rodoviária federal e as necessidades de financiamento para a sua recuperação, proporcionando subsídios para as políticas públicas voltadas para a redução do "custo Brasil"

PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA
FERROVIÁRIO BRASILEIRO

O objetivo é analisar o processo de privatização da malha ferroviária brasileira, considerando seus condicionantes e colocando ênfase especial nos aspectos relacionados às mudanças nos processos decisórios públicos que advirão em decorrência da desestatização, em particular o planejamento de investimentos.

Este projeto visa investigar o poder de mercado das firmas nos setores industriais brasileiros e discutir mecanismos alternativos de regulamentação econômica compatíveis com a abertura e a internacionalização da economia brasileira.

PODER DE MERCADO NA
INDÚSTRIA BRASILEIRA E
PERSPECTIVAS DA
REGULAMENTAÇÃO
ECONÔMICA

3. MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

A ênfase, neste grupo de estudos, está posta na compreensão do desafio que a indústria enfrenta para competir em um contexto de globalização econômica, tendo em vista contribuir para iniciativas que promovam a modernização tecnológica e a melhoria dos padrões de qualidade e competitividade do parque industrial brasileiro. Problemas de qualidade e produtividade no setor público serão também contemplados.

Busca analisar as tendências da evolução do padrão de qualidade e produtividade da indústria brasileira no contexto da globalização econômica, avaliando seus desdobramentos em nível regional, e considerando os principais fatores determinantes das tendências: as relações capital-trabalho, a inovação tecnológica e a infra-estrutura econômica. Pretende-se, nesse contexto, desenvolver um trabalho de identificação de *benchmarkings* para países da América Latina.

QUALIDADE E
PRODUTIVIDADE NA
INDÚSTRIA BRASILEIRA

O objetivo do trabalho é construir uma sistemática de monitoramento e avaliação da transformação produtiva e do desempenho da indústria brasileira, definindo indicadores de acompanhamento que permitam identificar as mudanças ocorridas quanto ao desempenho e alterações na estrutura industrial brasileira.

TRANSFORMAÇÃO
PRODUTIVA E
COMPETITIVIDADE NA
INDÚSTRIA BRASILEIRA

MENSURAÇÃO DE
EFICIÊNCIA TÉCNICA NA
INDÚSTRIA BRASILEIRA

O objetivo é medir a eficiência técnica inter- e intra-indústrias, associando esta medida a outras variáveis de interesse. O cálculo das medidas de eficiência será baseado na estimativa de funções de produção de fronteira determinísticas e estocásticas. Este trabalho pretende discutir também o conceito e a interpretação das medidas de eficiência produtiva e os problemas de estimação de funções de fronteira de produção.

CONDICIONANTES
MICROECONÔMICOS DA
DECISÃO DE INVESTIR EM
CAPACITAÇÃO
TECNOLOGICA

Este trabalho centrar-se-á em dois objetivos básicos: i) avaliar o comportamento e a trajetória tecnológicos das empresas intensivas em tecnologia, associadas à Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (ANPEI), para o período 1991/94; ii) identificar os fatores microeconômicos mais relevantes que levam uma empresa a decidir-se por realizar alguma inovação tecnológica.

CASOS DE IMPLANTAÇÃO
DE GESTÃO DA QUALIDADE
NO SETOR PÚBLICO E EM
ORGANIZAÇÕES DO SETOR
PRIVADO

Constitui um conjunto de pesquisas que tem como objetivos: i) conhecer, analisar e avaliar a experiência de instituições públicas federais e estaduais na implantação de novo modelo gerencial, procurando rastrear as transformações culturais e gerenciais vividas e, igualmente, os benefícios e as dificuldades resultantes da nova experiência; ii) conhecer, analisar e avaliar a experiência de algumas organizações privadas, ligadas às áreas de saúde e educação.

IMPACTO DAS NOVAS
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO
E DE GESTÃO NA
MODERNIZAÇÃO
INDUSTRIAL

O objetivo é buscar subsídios para maior efetividade da atuação do Estado nesta área. Para tanto, serão analisadas as potencialidades e limitações dos modelos de qualidade total no processo de modernização industrial, investigando, com estudos de caso, o impacto dos modelos de qualidade total nas relações de trabalho.

O objetivo desta pesquisa é investigar a existência de melhoria na qualidade dos serviços sociais prestados pelo setor público desde o lançamento do programa até o momento atual.

ANÁLISE CRÍTICA DO
PROGRAMA BRASILEIRO DE
QUALIDADE E
PRODUTIVIDADE (PBQP) NO
SETOR PÚBLICO FEDERAL

4. AGRICULTURA E POLÍTICA AGRÍCOLA

O reduzido número de estudos previstos nessa área não decorre de menor importância a ela atribuída, mas sim à pouca disponibilidade de técnicos especializados na área. De qualquer modo, os temas selecionados abordam duas questões de relevância no atual debate sobre os problemas que vêm sendo enfrentados pelo setor.

Pretende realizar um balanço das experiências de assentamento rural, passadas e em curso, avaliando seus custos e gerando subsídios para a proposição de políticas públicas. A fonte básica de informações sobre assentamentos é o INCRA. Far-se-á uma revisão dos estudos e pesquisas existentes em publicações nacionais e estrangeiras.

POLÍTICA FUNDIÁRIA

O objetivo é dar continuidade ao trabalho "Novas Fontes de Recursos. Propostas e Experiências de Financiamento Rural", recentemente concluído, com o estudo de algumas experiências de financiamento em países da América Latina como Colômbia, Chile e Argentina. Serão utilizadas informações do Banco do Brasil, Banco Central e outras instituições nacionais para atualizar o trabalho sobre a experiência do Brasil. Para analisar as experiências de outros países pretende-se estruturar um sistema de coleta de informações e de entrevistas.

FINANCIAMENTO DA
AGRICULTURA

5. DEMOGRAFIA, EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Essa é uma área de estudos na qual o IPEA vem atuando com destaque nos últimos anos. Os estudos contemplados dão seqüência à análise do comportamento do mercado de trabalho brasileiro e de suas implicações, da compreensão de como o mercado de trabalho influencia a pobreza e a distribuição de renda no Brasil, de como esse mercado é afetado pela modernização produtiva, das suas implicações para a política educacional e de qualificação profissional, e das necessidades de organização de um sistema público de emprego que contemple providências necessárias para reduzir as tensões provocadas pelo desemprego.

O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, POBREZA E DESIGUALDADE

A renda é uma forte medida do nível de educação e saúde dos indivíduos, já que estes fatores afetam a produtividade e, conseqüentemente, a renda. Numa economia de mercado, a renda é também o maior determinante do emprego para a economia como um todo, pois não revela uma alta taxa em setores específicos, além de ser totalmente compatível com longos períodos de desemprego. Este trabalho analisará a distribuição do desemprego entre grupos de trabalhadores, assim como a sua duração.

O "EFEITO DIPLOMA" NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Este estudo se propõe a investigar evidências empíricas que permitam avaliar a adequação de paradigmas teóricos ao funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e, por conseguinte, subsidiar a escolha das políticas mais pertinentes para a área de educação. Para tanto, serão comparados os retornos associados à obtenção de diplomas com aqueles normalmente auferidos via incrementos de escolaridade sem obtenção de diploma. A análise será desenvolvida para diferentes anos, de modo a capturar o efeito do comportamento macroeconômico sobre a relação entre educação e salários no Brasil.

Este conjunto de estudos tem como objetivos: i) discutir as principais conseqüências da modernização produtiva sobre o mercado de trabalho e, em particular, sobre as habilidades exigidas para o trabalhador adquirir a condição de empregabilidade; ii) analisar o perfil educacional dos ocupados no mercado de trabalho mais estruturado do país — o da Grande São Paulo —, buscando destacar, a partir de algumas hipóteses fundadas na teoria econômica e em evidências empíricas recentes da literatura nacional e internacional, os principais indícios das transformações decorrentes do processo de modernização produtiva; e iii) analisar as propostas dos diversos atores sociais no âmbito das relações de trabalho para enfrentar os desafios da modernização produtiva.

Pretende retomar a discussão sobre os impactos alocativos e distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro no novo contexto de modernização produtiva e aumento da concentração da renda do trabalho, destacando aspectos teóricos e empíricos ainda não consensuais quanto às funções e ao papel que o salário mínimo pode assumir em determinados arranjos sociais.

A experiência internacional tem mostrado que políticas específicas voltadas para o mercado de trabalho podem reduzir a taxa de desemprego e democratizar as oportunidades do acesso a postos de trabalho de qualidade. Uma dessas políticas é o sistema público de emprego, entendido como um sistema que associa à compensação financeira ao trabalhador desempregado, sua qualificação e reciclagem e a intermediação de mão-de-obra. Esta pesquisa pretende formular proposta de um sistema público de emprego para o Brasil com base no estudo de experiências internacionais e na análise do funcionamento de diversos sistemas estaduais.

Prefeituras e governos estaduais têm adotado iniciativas para lidar com o desafio representado pela necessidade de geração de empregos nas respectivas jurisdições. O conhecimento dessas experiências é o objetivo deste projeto, que pretende, mediante análise das

MODERNIZAÇÃO
PRODUTIVA, EMPREGO E
QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL

SALÁRIO MÍNIMO E SEU
IMPACTO SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO
NO BRASIL

SISTEMA PÚBLICO DE
EMPREGO

ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS
MUNICIPAIS EM POLÍTICAS
DE EMPREGO

iniciativas e dos seus resultados, contribuir para a formulação de alternativas de enfrentamento dos problemas sociais.

TENDÊNCIAS
DEMOGRÁFICAS NA
DÉCADA DE 90

Os estudos demográficos estão voltados para a atualização das projeções populacionais, a realização de estimativas de fecundidade e mortalidade e sua transição ao nível dos estados brasileiros, bem como a análise das migrações.

6. SEGURIDADE SOCIAL

Destaque dos estudos previstos nessa área são os trabalhos voltados para a avaliação das mudanças que vêm sendo propostas para a seguridade social, tanto com relação ao regime previdenciário quanto à saúde e à assistência social. Em todos os casos, o objetivo é fornecer subsídios à formulação de alternativas e à busca de fórmulas capazes de dar seqüência aos princípios da descentralização.

APERFEIÇOAMENTO DO
MODELO DE SIMULAÇÃO
DA SEGURIDADE SOCIAL

O objetivo deste trabalho é atualizar o instrumental de simulação da seguridade social, tendo em vista as recentes mudanças nas regras institucionais e nos cenários macroeconômicos e demográficos. No âmbito do modelo geral será feita uma simulação dos gastos com saúde, levando em consideração, num primeiro momento, as características demográficas da população e, posteriormente, outras variáveis socioeconômicas e epidemiológicas.

SIMULAÇÃO DAS
PROPOSTAS DE REFORMA
DE SEGURIDADE SOCIAL

Este estudo irá simular os impactos econômicos e financeiros das reformas constitucional e institucional no sistema de seguridade social, de modo a auxiliar o processo político de tomada de decisão com a divulgação de dados objetivos.

O objetivo é avaliar as perspectivas da previdência social rural, tendo em vista as transformações políticas, econômicas, sociais e legais em curso. O trabalho irá analisar os dados relativos aos beneficiários do sistema, por regiões, estados e municípios selecionados. Como fonte básica tomar-se-á o Ministério da Previdência Social, com o qual já foram mantidos contatos preliminares. Como fonte complementar serão utilizados estudos e pesquisas existentes.

PREVIDÊNCIA RURAL

Os gastos em saúde no Brasil têm aumentado sucessivamente sem propiciar um grau satisfatório de atendimento à população. Entre outras causas, pressiona o aumento dos gastos a ausência de mecanismos de racionalização de custos associada ao gerenciamento ineficiente dos recursos produtivos e à falta de critérios econômicos para a incorporação de novas tecnologias. O objetivo desta pesquisa, já em andamento e realizada em parceria com o Ministério da Saúde (MS), é elaborar e implementar em municípios uma metodologia de custos de atendimento à saúde.

CUSTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

A participação direta ou indireta dos usuários no financiamento do sistema de saúde tem sido sugerida como uma maneira de aportar recursos adicionais, estimular os pacientes a pressionar o sistema por maior eficiência e qualidade, e moderar a demanda por serviços de saúde. A aplicação de tal mecanismo para o Brasil é questionada em função do baixo nível de renda da população que frequenta o Sistema Único de Saúde (SUS) e da dificuldade operacional de diferenciar economicamente os usuários. Este estudo tem como propósito responder às seguintes indagações: i) qual a quantidade de recursos que poderiam ser gerados? ii) há possibilidade técnica de viabilizar o sistema sem impedir que os que não possam pagar deixem de frequentar, e de modo a garantir a igualdade de acesso sem diferenciação no tratamento? e iii) quais experiências internacionais podem contribuir para orientar os estudos para o caso brasileiro?

PARTICIPACÃO DE USUÁRIOS NO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CO-FINANCIAMENTO)

SAÚDE, SEGURIDADE
SOCIAL E CRISE FISCAL

A saúde é financiada pelo Orçamento da Seguridade Social (oss) obedecendo ao princípio da solidariedade das fontes que são distribuídas entre as ações de previdência, saúde e assistência social. O objetivo central deste estudo é reavaliar a operacionalização financeira e institucional do conceito de seguridade social, analisando a situação do financiamento da saúde no contexto da crise fiscal.

DESCENTRALIZAÇÃO DA
SAÚDE: ASPECTOS LEGAIS E
INSTITUCIONAIS

O Sistema Único de Saúde (sus) é um processo lento e gradual de modificação da assistência à saúde, que envolve a articulação entre os governos federal, estadual e municipal. A sua completa implementação em um contexto democrático requer a conquista da confiança dos atores subnacionais e não-estatais, de modo que possam assumir novas funções e contribuir para a consolidação do sistema. O objetivo deste estudo é analisar os aspectos institucionais e legais do processo de descentralização para conferir-lhe maior velocidade.

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
SERVIDOR PÚBLICO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os benefícios concedidos a servidores públicos federais, sua forma de financiamento, as características institucionais, sociais e demográficas de ativos, inativos e pensionistas, e também a repercussão das alterações constitucionais previstas ou aprovadas.

AValiação DA
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL (LOAS)

Somente a partir de 1995/96 é que a Lei nº 8 742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), vem sendo efetivamente implantada, com a criação de instrumentos operacionais. A avaliação que se pretende fazer é importante para ampliar o debate em torno dos compromissos das várias esferas de governo com as diretrizes da LOAS e com seu processo de implementação.

ESTUDO SOBRE BENEFÍCIOS
DE PRESTAÇÃO
CONTINUADA NA ÁREA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

O objetivo principal deste estudo é avaliar o pagamento do benefício de prestação continuada, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social, equivalente a um salário mínimo mensal, devido às pessoas portadoras de deficiência e idosos de famílias com renda mensal *per capita* até um quarto do salário mínimo. Trata-se de um benefício

assistencial que substitui a renda mensal vitalícia, cuja avaliação, depois de três meses de instituído, merece ser feita tanto nos seus aspectos operacionais quanto normativos, visando ao encaminhamento de modificações para melhorar a sua eficácia.

7. EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE

Reúne estudos que abordam a quantificação da pobreza e da indigência, seus fatores determinantes e sua relação com a situação educacional. A constatação apontada em estudos sobre o tema, de que o nível educacional é causa predominante de baixos índices de desenvolvimento humano, reforça a importância de reunir maiores argumentos em prol de mudanças substantivas na política educacional brasileira.

Estudos sobre desenvolvimento humano têm privilegiado dois importantes indicadores: a taxa de mortalidade infantil e o nível de educação da população. A primeira é um excelente indicador das consequências da falta de desenvolvimento humano, enquanto a segunda é, possivelmente, o melhor indicador das causas desta falta. O objetivo central deste estudo é investigar a situação atual e a evolução recente da distribuição de educação da população brasileira, com análise das causas do fraco desempenho do sistema educacional.

O objetivo principal deste estudo é descrever a situação educacional no país, a partir de dados e informações referentes ao estágio atual do ensino pré-escolar, do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, da educação de jovens e adultos e da educação profissional, procurando apontar perspectivas para a política educacional.

O DESEMPENHO
EDUCACIONAL NO BRASIL

DIAGNÓSTICO DO SETOR
EDUCACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO

Este estudo tem como objetivos: dar continuidade e promover novos estudos e referências conceituais sobre descentralização e desconcentração do setor educacional; analisar as experiências de descentralização que vêm ocorrendo no nível internacional e no Brasil; e subsidiar o debate nacional e a formulação de políticas para o setor.

POBREZA E DESIGUALDADE
NO BRASIL

Ao longo dos anos 80, a renda média dos 50% mais pobres da população pouco cresceu, enquanto a desigualdade de renda aumentou acentuadamente. O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação do conhecimento existente sobre a magnitude da pobreza e da desigualdade no Brasil, seus principais determinantes e os grupos mais atingidos, e as principais opções de políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

QUANTIFICAÇÕES DE
INDIGÊNCIA E POBREZA NO
NÍVEL MUNICIPAL

Este estudo tem como propósito rever as estimativas de indigência e pobreza elaboradas em 1990 (Mapa da Fome), para comparar novas estimativas com linhas de indigência anteriormente calculadas pelo IPEA. A quantificação da indigência e da pobreza para os anos de 1992 e 1993, nesse critério, está condicionada à divulgação dos dados das PNADs.

8. ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS

A importância das dimensões regional e urbana no processo do desenvolvimento brasileiro explica o esforço realizado para expandir o conteúdo do programa de trabalho nessa direção. Os estudos previstos buscam reavaliar a abordagem da questão regional no Brasil, compreender a dinâmica espacial do país nas dimensões macrorregional e urbana, apreciar tendências recentes, avaliar demandas e fontes

de financiamento de serviços urbanos e analisar a composição dos gastos públicos nessa perspectiva.

O objetivo deste trabalho é elaborar sugestões de mudanças na forma e no conteúdo das políticas regionais a partir da percepção de que a atuação regional do governo federal é fortemente determinada por métodos e instrumentos que carecem de modificações significativas. Tais sugestões serão desenvolvidas mediante atualização dos conhecimentos sobre a situação atual, bem como sobre o funcionamento e impacto dos programas existentes.

Este estudo irá colocar em destaque aspectos pouco conhecidos mas considerados vitais como base para uma análise mais circunstanciada da realidade regional e, por conseqüência, fundamental para a formulação e proposição de políticas. O trabalho, pela sua abrangência e complexidade, será desenvolvido mediante articulação com órgãos e instituições correlatas envolvidos com o tema.

O estudo busca analisar aspectos regionais do dispêndio público, das renúncias tributárias, da ação do BNDIS, BNB, BASA, do INSS, das empresas estatais e da COMEX. Destaque especial será dado ao efeito da descentralização fiscal sobre a capacidade da União suas regiões menos desenvolvidas e sobre a regionalização dos gastos sociais. O estudo pretende contribuir para a formulação e condução de estratégias de ativação de economias locais e sub-regionais e de redução de desigualdades regionais.

Este estudo tem como meta analisar o processo de descentralização ocorrido no país após a promulgação da Constituição de 1988, que modificou substancialmente os mecanismos de distribuição de recursos fiscais: as atribuições, competências e funções de governo; e as capacidades institucionais da União, governos estaduais e municipais. O objetivo do trabalho é apreender o sentido e a dinâmica desse processo, tendo em vista contribuir para seu aperfeiçoamento. O estu-

AValiação e PROPOSIÇÃO
DE POLÍTICAS PROGRAMAS
E INSTRUMENTOS DE
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

COMPREENSÃO DA
SITUAÇÃO ATUAL E
DINÂMICA DE EVOLUÇÃO
DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

COMPOSIÇÃO REGIONAL
DOS GASTOS PÚBLICOS

ANÁLISE DOS FATORES
DETERMINANTES DA
DESCENTRALIZAÇÃO E O
PAPEL DO GOVERNO
FEDERAL

do será desenvolvido inicialmente em seis estados, por seis institutos regionais de pesquisa, que formarão o embrião de uma rede de pesquisas coordenada pelo IPEA. A dinâmica do processo de descentralização será examinada sob a ótica setorial das políticas sociais — habitação, saneamento básico, educação, saúde e assistência social.

FEDERALISMO, GASTOS
PÚBLICOS E INTERESSES
REGIONAIS

Este projeto visa mapear o processo de descentralização fiscal e seus impactos sobre estados e regiões. Pretende-se iniciar também um estudo comparativo sobre o federalismo nas Américas, com ênfase nos casos dos Estados Unidos e Canadá.

SISTEMAS INDUSTRIAIS
LOCALIZADOS

Pretende estudar sistemas industriais localizados (distritos, pólos industriais e afins), com o objetivo de analisar suas potencialidades de geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Inclui uma revisão da literatura e estudos de caso para o Brasil, analisando experiências conhecidas.

A QUESTÃO URBANA NO
BRASIL: TENDÊNCIAS E
PERSPECTIVAS

O objetivo do trabalho é interpretar o sentido das transformações urbanas ocorridas na última e na presente década. O trabalho se desdobrará nos seguintes eixos de análise: alterações produzidas na condição de vida das cidades — com destaque para os reflexos socioespaciais decorrentes da globalização da economia, da redefinição do papel do Estado e das alterações produzidas pela Constituição de 1988 nas atribuições assumidas pelas esferas de governo no processo de desenvolvimento urbano no Brasil —, e evolução das proposições de política urbana, formuladas e/ou efetivadas pelos distintos níveis de poder, com exame de seu teor e alcance, com ênfase para as proposições emanadas das administrações municipais a partir de 1989.

PLANEJAMENTO E GESTÃO
DO USO DO SOLO EM
CIDADES E METRÓPOLES

O agravamento dos problemas urbanos gerados pelo aumento da favelização e pela incorporação de novas áreas parceladas clandestinamente tem-se constituído em grande desafio para o poder público. Estudos recentes têm demonstrado que os sistemas de planejamento e de gestão do uso do solo vigentes têm produzido disfun-

ções no crescimento das cidades e se mostrado pouco eficazes para atuar na realidade urbana. O objetivo do estudo é (i) ampliar o conhecimento da problemática da cidade informal; (ii) propor recomendações de política com vistas ao atendimento e solução das áreas ocupadas, informais, e a contenção da deterioração social e física do ambiente humano; e (iii) avaliar e propor o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e de regulação do uso do solo urbano, bem como sugerir novos parâmetros para as práticas de planejamento e gestão.

O Brasil enfrenta hoje o desafio de gerar empregos produtivos e renda nas áreas urbanas, em meio a transformações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra, crescimento absoluto da força de trabalho e baixo nível de qualificação de seus trabalhadores. Da análise desse problema, o estudo visa propor políticas de geração de empregos produtivos nas cidades, com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão dos formuladores de políticas urbanas.

Características recentes do crescimento urbano do país, como, por exemplo, a periferação do crescimento das cidades e a tendência de formação de pontos de grande concentração populacional, constituem aspectos das cidades brasileiras revelados pelo censo demográfico de 1991. O objetivo do estudo é analisar a atual configuração da rede urbana e as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras que alimente uma reflexão sobre o estágio atual da urbanização do país.

Neste trabalho, a função de demanda por água será estimada e usada para fazer previsões sobre o consumo futuro em determinada área atendida por uma empresa de saneamento. O objetivo é fornecer às empresas de saneamento um método de projeção do consumo futuro em que o efeito-renda e o efeito-substituição estejam presentes. Isto permitiria às empresas estabelecer sua política tarifária e o seu programa de investimentos para expandir a oferta do serviço.

IMPACTOS DAS NOVAS
TENDÊNCIAS DA
ECONOMIA BRASILEIRA
SOBRE O EMPREGO
URBANO

ESTUDOS SOBRE A REDE
URBANA

DEMANDA POR SERVIÇOS
DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA

9. MEIO AMBIENTE

A análise de aspectos econômicos do meio ambiente foi uma iniciativa pioneira do IPEA, que, em 1979, já havia publicado um livro sobre o assunto. Os estudos previstos nessa área dão continuidade a esse esforço, ainda que não na dimensão requerida hoje em dia. Pretende-se, agora, acrescentar à análise econômica do tema estudos que explorem aspectos específicos da gestão ambiental.

MODELO DE ANÁLISE ECONÔMICA PARA TAXAS DE POLUIÇÃO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS

Neste trabalho, será construído um modelo que simule a aplicação de taxas de poluição em bacias hidrográficas com a intenção de avaliar a eficiência e equidade desses instrumentos *vis-à-vis* o objetivo de geração de receita.

O SETOR MADEIREIRO DA AMAZÔNIA

Com este projeto, pretende-se obter um diagnóstico do setor madeireiro na região, de forma a oferecer um perfil de sua capacidade produtiva atual e futura, levando em consideração a legislação ambiental, incentivos fiscais e de reposição florestal vigentes.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS

O objetivo do estudo é subsidiar a ação da União no campo da gestão ambiental metropolitana. O trabalho compreende um esforço de mapeamento e aprofundamento da temática a explorar, o desenvolvimento de referencial metodológico para o tratamento integrado das variáveis que interagem no ambiente metropolitano, e a elaboração de projetos de gestão ambiental metropolitana.

Trata-se da montagem de um programa de gestão ambiental em saneamento para os estados de Santa Catarina, Mat● Grosso do Sul e Bahia, orientado pelos princípios de integração institucional e descentralização operacional. Este programa deverá contemplar mudanças no arcabouço institucional, jurídico-legal, financeiro e operacional dos agentes que operam na interface saneamento e meio ambiente nos estados citados.

FORTALECIMENTO DA
GESTÃO AMBIENTAL EM
SANEAMENTO

10. MODELOS MACROECONÔMICOS

Os modelos macroeconômicos desenvolvidos pelo IPEA estão orientados para previsões de curto e longo prazos e simulações de ambientes políticos da economia brasileira. Modelos econométricos e de equilíbrio geral são empregados em ambos os casos.

Trata-se de um modelo econométrico da economia brasileira, com ênfase no fluxo de trocas e no balanço de pagamentos. Este modelo está ligado ao Projeto Link/ONU, fornecendo as previsões do Brasil para o World Link Model.

PROJETO LINK/ONU

Modelo de equilíbrio geral da economia brasileira baseado na sua matriz de contas nacionais. Seu objetivo é fazer projeções para a estrutura setorial da produção, investimento e aumento da capacidade instalada, levando em conta a distribuição de renda pessoal e o endividamento interno e externo. Este modelo também inclui um bloco dedicado ao setor de energia.

MODELO DE CONSISTÊNCIA
MULTISSETORIAL

DESENVOLVIMENTO DE
MODELOS
ECONOMÉTRICOS PARA A
PREVISÃO DE AGREGADOS
FINANCEIROS

O desenvolvimento desse trabalho adotará dois enfoques: um conjunto de modelos univariados que projetam isoladamente cada um dos ativos financeiros selecionados, e um modelo multivariado que os considera conjuntamente. Nos dois casos, pretende-se adotar modelos estruturais bayesianos que potencialmente podem dar conta de eventuais mudanças estruturais nos parâmetros do modelo. O modelo multivariado — auto-regressivo vetorial com as restrições necessárias sobre a forma reduzida —, além de considerar a interdependência entre os ativos, incorpora o efeito de variáveis macro como a taxa de juros, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e o nível de atividade.

II. REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO

Uma parte importante do programa de trabalho do IPEA volta-se para a recuperação de informações indispensáveis para a retomada das atividades de planejamento e a formulação e avaliação de políticas públicas. Algumas iniciativas nessa área já definidas são relacionadas a seguir. Além disso, o IPEA busca estabelecer parcerias com o IBGE e instituições estaduais de pesquisa com vistas à construção de uma rede de informações que permita, mediante um processo descentralizado de coleta e tratamento das informações, a obtenção de dados atualizados em prazos compatíveis com a velocidade das transformações e as exigências de respostas rápidas.

Indicadores de transformações estruturais e de desempenho na agricultura, indústria e infra-estrutura. Entre os indicadores a serem elaborados incluem-se: capacidade instalada, composição ou estrutura setorial, escala de produção, grau de abertura, grau de capacitação e desenvolvimento tecnológicos, padrão de custos, nível de produção, nível de emprego, investimentos, grau de utilização da capacidade instalada, participação no comércio externo, participação das exportações no destino da produção.

Indicadores que permitam acompanhar a execução do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade — PBQP. Os trabalhos que têm sido realizados sobre esse tema já permitiram organizar um conjunto de indicadores do setor privado e do setor público. Pretende-se desenvolver esse trabalho e ampliá-lo com a inclusão de novas variáveis.

Levantamento da situação financeira dos estados para gerar dados úteis para a montagem de um sistema de informações para o planejamento. O levantamento das informações será feito por meio de consulta a balanços estaduais, documentos diversos e entrevistas.

Séries históricas contendo informações tributárias para subsidiar pesquisas, a médio e longo prazos, orientadas para a análise econômica dos principais componentes da receita tributária e das contribuições devidas ao Tesouro Nacional.

A consolidação do Gasto Social Federal foi iniciada na década de 80. O primeiro levantamento cobriu o período de 1980-86 e vinha sendo atualizado até 1993, com base em dados publicados no Balanço Geral da União. Para atender à necessidade de informações mais atualizadas, pretende-se montar um sistema mais ágil de consolidação desses gastos, com base no SIAFI/SIDOR. O levantamento para o ano de 1994 já foi feito nessa perspectiva, e estão em curso a consolidação dos dados referentes ao ano de 1995 e a montagem de sistema para acompanhamento mensal.

INDICADORES SETORIAIS

INDICADORES DE
QUALIDADE E
PRODUTIVIDADE

GASTOS PÚBLICOS
ESTADUAIS

RECEITAS DA UNIÃO:
IMPOSTOS E
CONTRIBUIÇÕES

LEVANTAMENTO DO GASTO
SOCIAL FEDERAL

INFORMACÕES URBANAS

Criação de uma base de dados composta de variáveis urbanas para tornar disponível, de forma sistemática, para a própria instituição e para outros órgãos interessados, informações úteis para a pesquisa e o planejamento na área. Buscar-se-á também padronizar a informação que integrará esta base com bases semelhantes, existentes no país e no exterior, para permitir a comparabilidade internacional dos dados.

INDICADORES REGIONAIS

Reunião de indicadores de base municipal que possam exprimir aspectos sociais, econômicos e ambientais relevantes para a caracterização da situação atual e do dinamismo territorial. Pretende-se com esta gama de indicadores realizar o monitoramento da realidade territorial do país e revelar especificidades locais relevantes que estão, atualmente, diluídas no caráter mais abrangente das informações disponíveis.

RELACÕES DE TRABALHO E
PRODUTIVIDADE NA
INDÚSTRIA

Este levantamento pretende atingir os seguintes objetivos: i) atualizar as séries disponíveis de indicadores de produtividade da mão-de-obra baseados na PIM/IBGE; ii) desenvolver a crítica metodológica do significado e da confiabilidade desses indicadores; iii) explorar bases de dados setoriais; e iv) explorar o banco de dados da Lei nº 4 923/65 para a construção de indicadores de práticas de emprego das empresas industriais.

INDICADORES
EDUCACIONAIS

Avaliar e atualizar os indicadores educacionais desenvolvidos pelo Ministério da Educação e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para subsidiar decisões sobre programas educacionais nacionais.

INDICADORES SOCIAIS

Analisar e comparar algumas das mais importantes fontes de informações socioeconômicas disponíveis: a PNAD, a PME, a PED, OS Registros Administrativos do Ministério do Trabalho, e Informações da Previdência Social, para efeitos de análise da situação social das maiores regiões metropolitanas e de outros municípios brasileiros.

Este projeto consiste na elaboração de metodologia para a construção de um índice de bem-estar das crianças e dos adolescentes, baseado em um conjunto de indicadores discriminados por município e níveis de renda das famílias.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES
PARA O
ACOMPANHAMENTO DA
SITUAÇÃO DO BEM-ESTAR
DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE NO BRASIL

III. TREINAMENTO PARA O PLANEJAMENTO

*A*s atividades de treinamento do IPEA vêm sendo reformuladas para contribuir com o esforço de reconstrução dos quadros públicos nas atividades de planejamento federal e estadual. O resultado dessa reformulação está contido na programação apresentada em seguida, que focaliza o treinamento em planejamento, orçamento e gestão governamental.

Governo e Planejamento Estratégico:

Programação e Gestão do Setor Público:

Programação e Gestão Orçamentárias:

Elaboração, Análise e Gestão de Projetos:

Formulação e Avaliação de Programas e Projetos Sociais:

Laboratório Integrado de Desenho de Estratégias Regionais — LIBER;

Workshop de Planejamento e Gestão Estratégica no Setor Público; e

Workshop de Orçamento e Avaliação de Desempenho.

Além desses cursos, serão desenvolvidos dois projetos especiais:

O objetivo geral deste projeto é conceber, testar, validar e disseminar uma proposta de capacitação de recursos humanos em nível gerencial, coerente com princípios e técnicas de gestão estratégica e consistente com as diretrizes da reforma do Estado, principalmente no que se refere a aspectos do processo de programação e alocação de recursos para execução, controle e avaliação de políticas públicas.

Visa implementar um sistema de avaliação de cursos que possibilite analisar os cursos realizados e o impacto das atividades de capacitação junto aos órgãos de origem dos alunos.

CURSOS PROGRAMADOS
PARA 1996

LABORATÓRIO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESTRATÉGICA EM
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS —
LABOR

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA
DE AVALIAÇÃO DE CURSOS

IV. PUBLICAÇÕES

O IPEA publica regularmente os resultados de estudos e pesquisas produzidas diretamente ou indiretamente pelo Instituto, os quais, submetidos a avaliações predeterminadas por um Conselho Editorial, são (ou não) editados sob forma de livro, mimeo, ou artigos de periódicos. As principais características dessas publicações são apresentadas a seguir.

Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (RPE)

Apresenta artigos de autores nacionais e estrangeiros na área de economia. A revista é reconhecida como o principal veículo de divulgação da produção técnica dos economistas brasileiros. Tem tiragem de 1 000 exemplares, e a seleção dos artigos cabe ao Corpo Editorial da revista. Periodicidade quadrimestral.

Revista Planejamento e Políticas Públicas (RPP)

Privilegia artigos que discutam a metodologia e a avaliação de políticas de governo, e outros estudos que contribuam para o processo de formulação de políticas públicas. Tem tiragem de 1 000 exemplares, e a seleção dos artigos cabe ao Corpo Editorial da revista. Periodicidade semestral.

Boletim Conjuntural (BC)

Apresenta e analisa o panorama conjuntural da economia brasileira no período. Publicado trimestralmente, tem tiragem de 700 exemplares.

Carta de Conjuntura

Reúne indicadores e previsões que formam um quadro sintético da conjuntura econômica do país; trata-se de uma complementação do BC, publicada em meses alternativos a este.

Panorama da Economia Mundial (PEM)

Apresenta e analisa brevemente o estado da arte da economia internacional. É publicado bimestralmente, com uma tiragem variável não inferior a 500 exemplares.

A população Brasileira: como vai?

Periódico quadrimestral, apresenta dados demográficos e os analisa, subsidiando, em especial, os trabalhos da Comissão Nacional

de População e Desenvolvimento (CNPD), por cuja Secretaria Executiva responde o IPEA.

LIVROS

Documentos de trabalho de excelência com potencial para venda no mercado livreiro. Os originais, com os respectivos pareceres técnicos, são submetidos ao Conselho Editorial, para análise e deliberação sobre a pertinência da publicação. Aceitam-se obras de autores externos ao IPEA, desde que cedidos os direitos autorais ao Instituto. A tiragem é de 1 000 exemplares.

TEXTO PARA DISCUSSÃO (TD)

Divulga resultados parciais ou finais de estudos produzidos direta ou indiretamente pelo IPEA, objetivando informar profissionais da área e colher sugestões. A tiragem é, em média, de 350 exemplares, variando de acordo com o tema e/ou enfoque. A seleção dos títulos cabe a cada Diretoria, com base em pareceres técnicos.



BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração

IPEA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada